



2019

Novos e velhos desafios dos SPFs

Página 2

ARTIGO

2018, o ano em que o Brasil voltou ao século XIX

Página 4

SINDJOR

Chapa "Em Defesa do Jornalista" é eleita

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO XI - Nº 133
Cuiabá - Janeiro de 2019

O compromisso

Acesse: www.sindsepmt.org.br



JAN

Lançada no dia 18 a campanha salarial da Ebserh. O foco é organizar os empregados em torno de avanços e das demandas consideradas essenciais, como as cláusulas econômicas e sociais, apesar das negativas da empresa.



FEV

Reunião ampliada das entidades afiliadas ao Fonacate e ao Fonasefe aprovou a realização do Dia Nacional de Luta no dia 19, mesma data em que as centrais sindicais promoveram ato contra a reforma da Previdência.



MAR

Seguindo deliberações da última reunião ampliada dos dois principais fóruns, o Sindsep-MT não mediu esforços para levar aos associados informações de suma importância e que afetam diretamente a categoria.



ABR

Com a presença de diversas autoridades, líderes sindicais, trabalhadores, foi instalado em Brasília, o Comitê Permanente dos Servidores Federais em Defesa da Democracia e do direito de Lula ser candidato em 2018.



MAI

Representantes da maioria do Executivo em todo o Brasil debateram saídas para crise em planos de autogestão como Geap e Capsaúde, além de discutir ações para garantir que o governo cumpra com acordos firmados em 2015.

“Apesar de você Amanhã há de ser Outro dia...”

Não é uma retrospectiva, até porque faltaria espaço. As fotos são de algumas das muitas ações que o Sindsep-MT realizou ao longo de 2018, sempre visando o bem estar do servidor público federal. Para este ano foi projetado uma campanha salarial em que se deve cobrar reposição de salários congelados há dois anos na maioria das categorias. A briga vai ser grande principalmente por causa da EC 95 que congela gastos públicos e no orçamento da União não há previsões para o funcionalismo (porém, sempre tem um porém, nesse caso não inclui o reajuste aplicado recentemente aos ministros do STF).

Os desafios a partir de 1º de janeiro ficou claramente estampada logo após a posse de Jair Bolsonaro, ou até bem antes, pois a aceleração da política ultraneoliberal desde a posse do ilegítimo Temer afeta diretamente o setor público e a classe trabalhadora. E agora com o presidente “zap-zap” a coisa desandou, como previsto. Publicou no primeiro dia de governo decreto que extingue os ministérios da Cultura, do Trabalho, Cidades, Esportes e Integração Racial e retira da Funai a demarcação de terras indígenas passando a ser competência agora do, pasmem, Ministério da Agricultura ou seja do agronegócio. Extinguiu a secretaria onde eram tratadas políticas públicas de combate à discriminação à população LGBT, sem contar a fixação do salário mínimo para os ridículos R\$ 998,00.

Para finalizar esta edição, começou a caça às bruxas, uma espécie de pente-fino para identificar petistas dentro da máquina administrativa. Segundo fontes os primeiros passos foram dados: todos funcionários sem estabilidade estão tendo suas contas em redes sociais checadas. Se a pessoa tiver postado coisas como “Ele Não”, “Fora Temer”, “Foi Golpe” ou “Marielle Vive”, será sumariamente demitida. Taakey?



JUN

A Chapa 2 “Juntos em Defesa da Capesesp”, tendo como titulares Carlos Alberto de Almeida (Conselho Fiscal) e Leonídia Laranjeira Fernandes (Conselho Deliberativo) vence a eleição da Capesesp.



JUL

Após paralisação por tempo indeterminado, trabalhadores da Ebserh aceitam proposta que assegura um percentual de 6,84%. O índice inclui o período do ACT 2017/2018 que ainda estava pendente há muito tempo.



AGO

No Dia do Basta, realizado no dia 10, aconteceram manifestações por todo Brasil chamada pela CUT e demais centrais sindicais com apoio das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e de vários movimentos sociais.



SET

Com a participação de 150 pessoas entre delegados de base, convidados nacionais e regionais, o XII Consindsep, realizado nos dias 21 a 24 de agosto, confirmou a expectativa e se tornou o melhor de todos já realizados.



OUT

Intoxicados da extinta Sucam realizaram ato em Brasília, onde protocolaram no Ministério da Saúde um dossiê que relata a situação dos servidores afetados por grave doença em decorrência de contaminação pelo DDT.



NOV

Depois de um longo e difícil processo de negociação, foi assinado no TST, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017/2019 dos empregados da Conab. O acordo foi firmado entre a Conab, a Fenadsef e a Fisenge.



DEZ

O Sindsep-MT promoveu junto com trabalhadores da Conab ato em defesa do órgão. O novo governo e ruralistas querem extinguir a empresa. Uma campanha para denunciar mais este desmonte está sendo articulado.

CALENDÁRIO

Novos e velhos desafios do servidor público para 2019

Agenda busca consolidar os caminhos que devem ser traçados pelos servidores

Com uma reunião (20/12) antes do recesso, a Direção Executiva da Condsef/Fenadsef projetou um calendário de ações em defesa do setor público para começar 2019, como a participação de reunião na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Mesa Setorial de Negociação do Ministério da Saúde. A entidade ainda protocolou junto à Ebserh a proposta dos empregados para o ACT 2019-2020.

A situação dos trabalhadores intoxicados será pauta em 2019 no Conselho Nacional de Saúde. Na mesa permanente os debates foram de insalubridade e abono de permanência. Com o abono, milhares de servidores aposentados seguem atuando e contribuindo para que um apagão não ocorra no atendimento à população já que concursos não estão recompondo a força de trabalho no setor público. Muitos núcleos não têm aceitado pedidos alegando que o servidor precisa ter alcançado o Fator 95 para fazer jus.

Ebserh - A Condsef/Fenadsef também protocolou junto à Ebserh a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da empresa.

Foto: Mário Hashimoto



2019 vai ser difícil e mais do que nunca os SPFs devem estar atentos

Foi protocolada também a relação dos nomes que vão compor a Comissão Nacional dos Empregados durante o processo de negociação do próximo ACT.

Calendário 2019 - Neste mês, a Condsef/Fenadsef volta a reunir a Executiva para definir detalhes das ações já programadas para este ano. Também neste mês, em meio a anúncio de extinção, a Confederação promove encontro dos servidores do Ministério do Trabalho.

Um seminário sobre reforma do Estado está previsto para a 2ª quinzena de fevereiro. Ainda em fevereiro a entidade promove reuniões de seu Conselho Deliberativo de Entidades e Direção Nacional.

A Condsef/Fenadsef participa também no dia 16 de fevereiro de reunião do Fonasef que reúne o conjunto de servidores federais das Três Esferas. A agenda busca consolidar os caminhos que devem ser traçados pelos servidores em 2019. A Condsef/Fenadsef projeta uma campanha salarial para unificar a maioria dos servidores do Executivo que amarga um congelamento salarial de dois anos. Com a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos, é um dos obstáculos centrais. Unidade e mobilização serão elementos essenciais para garantir algum avanço nesse cenário desafiador para o setor público. (Com Condsef/Fenadsef)

STF autoriza reajuste de 240 mil servidores

A Condsef/Fenadsef vai organizar os servidores de sua base, cerca de 80% do total do Executivo, numa campanha por reposição salarial em 2019. A maioria está sem reajuste há dois anos. Foi quando o governo concluiu pagamento da última parcela do total de pouco mais de 10% (10,8%) do último acordo firmado em agosto de 2015 com a quase totalidade do Executivo. O percentual não repôs sequer a inflação do período. Além disso, acordos feitos à época ainda seguem pendentes.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, concedeu liminar que suspende Medida Provisória que adia para 2020 o reajuste de cerca de 240 mil servidores, a maioria de carreiras das chamadas típicas de Estado.

“Somos trabalhadores que sofremos com os mesmos impactos de corrosão, perda de poder aquisitivo e com salários congelados vamos cobrar reposição em 2019”, adianta Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Alguns ministros do próprio STF consideraram como reposição salarial o percentual de 16,3% aplicado em seus salários. Os servidores com salários congelados buscam o mesmo.

Com a decisão de Lewandowski o reajuste desses servidores deverá ser pago já em janeiro. Cerca de R\$ 4,7 bilhões devem ser necessários para honrar o acordo feito com as categorias. Entre elas estão Dnit e Suframa, da base da Condsef/Fenadsef. A decisão de Lewandowski considerou inclusive a negociação firmada. (Com Condsef/Fenadsef)

Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades, diz Dieese

Os jovens que não trabalham foram taxados de geração “nem-nem”, por ‘supostamente’ não procurarem trabalho, morarem com os pais e não estudarem, deveriam ser chamados de geração “sem-sem”, segundo os pesquisadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que analisaram o resultado do 3º trimestre de 2018, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que mais de 11 milhões dos jovens entre 15 e 29 anos (24%), estavam sem trabalho e fora da escola, os chamados “nem-nem”. Mas, a maior parte deles não está na ociosidade. Na verdade, está procurando trabalho, lidando com afazeres domésticos (casa, filhos ou parentes) ou realizando cursos não regulares. Apenas 8% dos jovens não estavam envolvidos nessas atividades.

A ideia de que os jovens estão nessa situação por falta de vontade de trabalhar ou de estudar não se aplica na maior parte dos casos, diz o Boletim “Emprego em Pauta”, divulgado no dia 20, pelo Dieese. (Rosely Rocha CUT Nacional)

Entidades negociam tabela com Geap

Entidades representativas de servidores federais, entre elas a Condsef/Fenadsef, buscam um entendimento com a Geap para assegurar uma tabela que caiba no orçamento dos titulares do plano. Sucessivos aumentos acima da inflação levaram inúmeras entidades em todo o Brasil a mover ações para impedir a aplicação dos reajustes considerados abusivos. Muitas liminares foram obtidas garantindo que servidores arcassem com percentuais relativos à inflação do período. Acontece que uma decisão recente do STJ diz que para planos de saúde com participação de trabalhadores, como é o caso dos planos de autogestão, não se aplica o código do consumidor. Com esse entendimento, liminares que garantiam que cobranças acima da inflação não

fossem feitas começaram a cair. E quando uma liminar cai é praxe que aqueles que estão inseridos na ação tenham que arcar com o pagamento dos atrasados. Preocupadas com os impactos dessa decisão e da inviabilidade de que servidores arquem com esses valores, as entidades procuraram a Geap e estão em busca de um entendimento.

Apesar de ter uma gestão compartilhada, o poder de decisão final das questões relativas à Geap fica nas mãos do governo. As entidades pedem que não seja cobrado retroativo de liminares que venham a ser derrubadas. Para isso, as entidades se comprometem a retirar ações que estão sendo movidas e terminam por também impactar no valor final das mensalidades. (Com Condsef/Fenadsef)

ATENÇÃO FILIADOS! SINDSEP-MT
AGORA TEMOS CONVÊNIO COM A Economy Brasil

- CONVÊNIO MÉDICO
- CONVÊNIO FARMÁCIA
- CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
- SEGURO DE VIDA
- ASSISTÊNCIA FUNERAL NACIONAL

Filiados tem desconto de 50% na taxa de adesão

Plano Familiar a partir de R\$ 29,90

Altair Gualberto
Representante Comercial
(65) 9 9956-6868
(65) 9 9268-6532

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **1º Sec. Geral:** Damásio de Souza Pereira; **2º Sec. Geral:** Hobson Aparecido Correa; **1º Sec. de Finança:** Gildásio Ferreira Gomes; **2º Sec. de Finança:** Sebastião de Jesus; **1º Sec. de Administração:** Enildo Gomes; **2º Sec. de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **1º Sec. de Ass. Jurídico:** João Bosco de Moraes; **2º Sec. de Ass. Jurídico:** Idivaldo B. De Oliveira; **1º Sec. de Formação e Política Sindical:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **2º Sec. de Formação e Política Sindical:** Lurdes Fernandes Rosa; **1º Sec. do Interior:** Benedito Assis da Silva; **2º Sec. do Interior:** Albir Alves de Brito; **1º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **2º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **1º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **2º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Zelairdes Rodrigues Leite; **1º Sec. Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **2º Sec. Saúde do Trabalhador:** Deusdete Cabral; **1º Sec. Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **2º Sec. Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **1º Sec. de Cultura:** José Olímpio da Silva Neto; **2º Sec. de Cultura:** Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinéia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademar Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

XII CONSINDSEP

Iniciamos 2019 porém terminamos aqui a seção de fotos do nosso excelente Congresso. Foram 4 dias de debates e análises de conjuntura. Um balanço deste evento está em nossa página na internet. Em um dos trechos do texto, fomos pragmáticos. “A luta dos servidores e empregados públicos federais atravessou um período extremamente difícil e turbulento nos últimos anos, principalmente depois das grandes manifestações de junho de 2013, onde foi revelado um fosso entre o povo e as instituições, acentuando uma violenta pressão sobre nossas organizações sindicais (Sindicato de base, a Condsef/Fenadsef e a CUT) em dois sentidos: ou abandonar a defesa das reivindicações ou associar-se a setores antidemocráticos que pavimentavam o terreno do golpe com a falsa “luta contra a corrupção.” Daqui 3 anos teremos mais. Obrigado a tod@s que se envolveram em mais esta luta.

Fotos: Mário Hashimoto



Chapa “Em Defesa do Jornalista” é eleita com 74 votos para Colegiada

Com 74 votos, a chapa única “Em Defesa do Jornalista” foi eleita para o biênio 2019/2020. Com uma urna fixa na sede do Sindicato dos Jornalistas e outra itinerante, o pleito ocorreu nos dias 18 e 19 de dezembro em clima de tranquilidade. Foram computados apenas dois votos em branco mostrando que a categoria confia nos componentes, que prometem muita garra para colocar o sindicato no lugar de destaque e de muita luta em favor dos colegas. A diretoria colegiada é composta pelos seguintes jornalistas: Adilson Azevedo da Costa André Alves, Brás Rubson, Enock Cavalcanti, Fátima Lessa, Gibran Luis Lachowski, Itamar Perenha, Magda Matos, Mário Hashimoto, Mary Juruna e Sílvia Marques Caliccho.



Contag e Contraf se mobilizam para enfrentar tempos sombrios com Bolsonaro

Políticas essenciais para o desenvolvimento agrário sofreram reduções drásticas após o golpe de 2016 e correm riscos ainda maiores com o futuro governo de Jair Bolsonaro (PSL). Algumas dessas conquistas, construídas durante os governos Lula e Dilma, como a consolidação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já sofreram reveses depois que Michel Temer (MDB) usurpou o cargo da presidenta Dilma Rousseff. Uma das primeiras medidas do ilegítimo foi transformar o MDA em secretária especial, cortando investimentos para o setor.

Duas das maiores entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais já se preparam para reforçar a luta para barrar os ataques às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A escolha da deputada Tereza Cristina (DEM-MS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, para o Ministério da Agricultura, indicou o caminho que Bolsonaro pretende seguir em sua gestão.

Conquistas em risco - Bolsonaro já sinalizou que vai centralizar as políticas rurais no Ministério da Agricultura, diz Aristides Veras, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). (Fonte: CUT Nacional)

Odontologia Bolak

Dr. Fernando Bolak
Cirurgião Dentista | CRD - MT 7222

Temos convênio com o Sindsep-MT

- Implante dentário / Prótese
- Botox / Preenchimento facial / tratamento contra Enxaqueca Crônica e Bruxismo
- Cirurgia / Biectomia
- Dentística / Clareamento / Faceta / Lente de contato dental
- Periodontia / Gengivoplastia
- Odontopediatria
- Ortodontia

Av. Gov. Dante Molins de Oliveira, nº 2714,
Carumbé - Cuiabá - MT | 7850700

Fernando Bolak Odontologia Estética

diferendobolak@gmail.com

65. 9.9251-5577 | 3644-6233



ARTIGO

2018, o ano em que o Brasil voltou ao século XIX

GRAÇA COSTA E PEDRO ARMENGOL DE SOUZA

Em 2016, resistimos ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff e à destruição da democracia brasileira. Em 2017, continuamos na resistência ao avanço de medidas neoliberais e privatistas e à instalação de uma democracia mitigada, período em que foi se consolidando uma inédita aliança entre os grandes meios de comunicação, setores vinculados ao capital e o governo estadunidense, partidos vinculados ao setor financeiro e agropecuário, o poder judiciário, várias igrejas evangélicas pentecostais e grupos políticos outrora vinculados ao chamado baixo clero parlamentar e áreas das Forças Armadas. Essa foi a frente que finalmente ganhou as eleições agora em outubro de 2018.

Desde o impeachment para cá, o país mudou e todos os indicadores sociais e econômicos pioraram. O desemprego saltou de nove milhões em 2015 para 12,3 milhões e fecharemos 2018 com uma taxa de 11,7% de desemprego. Nos novos postos, poucos, que estão sendo criados, o que mais cresce é o trabalho precário. Em 2017, já eram 37,3 milhões os brasileiros trabalhando sem carteira assinada, 1,7 milhões a mais do que em 2016. Nesse período triplicou o número dos que deixaram de procurar emprego por desalento (de 1,6 para 4,7 milhões de pessoas).

Neste final de 2018, foi registrada uma queda de pouco mais de 1% na taxa de desocupação, proveniente do aumento de novos empregos, todos sem carteira de trabalho assinada, precários ou temporários. Segundo dados da PNAD Contínua, trabalham hoje no Brasil 92,9 milhões de pessoas, dentre as quais 35% estão em situação regular (32,9 milhões); 11,6 milhões trabalham na informalidade e 23,6 milhões trabalham por conta própria ou com contratos precários.

Para os patrões, não tem coisa melhor: os “sem carteira” recebem, em média, 48,5% do que é pago aos com carteira assinada. Somente neste período 2016/17, o número de pessoas pobres que vivem com menos de R\$ 406 por mês subiu 2 milhões, chegando a um total de 54,8 milhões de brasileiros nessa situação. Esses são alguns dos resultados da política recessiva, autoritária e corrupta aplicada pelo bando que assaltou o poder apoiado pela elite econômica e política que comanda esse país desde os tempos da escravidão. O trabalho iniciado por Temer terá continuidade agora com o governo Bolsonaro, um governo que se anuncia ainda mais liberal do ponto de vista econômico e conservador-autoritário, do ponto de vista da política e dos direitos sociais.

Um processo que só foi possível depois de três anos de intensa propaganda e campanha contra as empresas estatais, contra as empreiteiras, contra os partidos e a tentativa de destruição do PT. Temer e Bolsonaro são resultado desse processo que teve a Lava Jato como ponta de lança. Um processo com um custo social e político altíssimo capaz de fazer o país regredir em dois anos tudo que havia avançado em uma década.

A pretexto de reduzir o alto desemprego produzido pelas crises e por essa política predadora se aprovou a “reforma trabalhista” em 2017, que agride diretamente direitos históricos da classe trabalhadora brasileira e tenta inviabilizar a ação sindical. Uma reforma que ataca mais diretamente o contrato de trabalho, a jornada e as negociações coletivas.

Em recente entrevista à imprensa, o ex-Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad que disputou as últimas eleições presidenciais, disse com muita propriedade: “No Brasil está sendo gestado o que eu chamo de neoliberalismo regressivo, decorrente da

crise econômica. É uma onda diferente da dos anos 1990. Ela chega a ser obscurantista em determinados momentos, contra as artes, a escola laica, os direitos civis. É um complemento necessário para manter a agenda econômica do Bolsonaro, que é a agenda [do presidente Michel] Temer radicalizada.”

O governo Bolsonaro promete aplicar o modelo “pinocetista” que combinou no Chile um governo de repressão e supressão de direitos com uma política



ultra liberal (da escola de Chicago) que privatizou quase toda a economia do país, começando pelas aposentadorias, que hoje são baixíssimas.

Uma dos primeiros compromissos de Bolsonaro é simbólico, acabar com o Ministério do Trabalho fazendo um esvaziamento de suas áreas com expropriação dos fundos FAT e FGTS que passam ao controle do super ministério de Economia. A intenção é usar os recursos em políticas de interesse financeiro e esvaziar ou extinguir seus conselhos de gestão, acabando com o controle social.

Ao mesmo tempo, fará a transferência de áreas de fiscalização e erradicação de trabalho escravo, trabalho infantil, saúde e segurança para um ministério de baixo perfil político e orçamentário, o Ministério da Cidadania. O que vale dizer que a fiscalização do trabalho, que hoje já é débil, ficará ainda mais enfraquecida.

E, por fim, a “partidarização” do registro sindical, transferindo esta área para o Ministério da Justiça a cargo do juiz Moro. Em abril de 2008, foi instituída a Portaria 186 e posteriormente, em 2013, a portaria 326 que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego. Se houver a partidarização desse processo, um recurso valioso para o movimento sindical pode se transformar numa arma de desagregação e desvirtuamento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

Depois de afirmar que irá fechar o Ministério do Trabalho, o Presidente eleito promete aprofundar a informalidade das relações trabalhistas, o que significará enfraquecimento da seguridade social (menor arrecadação); maior fragmentação sindical e enfraquecimento das negociações coletivas e, por consequência, dos sindicatos.

A CUT está acompanhando com muita preocupação todo esse processo de montagem do próximo governo e tem se reunido constantemente com as demais centrais sindicais buscando consolidar uma frente sindical que permita uma atuação unitária, em torno de um programa em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da democracia. Devemos estabelecer uma pauta conjunta no início de 2019 para evitar que os direitos já tão socavados sejam ainda mais atingidos e para garantir que o direito de organização e ação sindical sejam respeitados como estabelece a Declaração Universal de Direitos Humanos que acaba de completar 70 anos e a Constituição de 1988, que fez 30 anos em outubro.

GRAÇA COSTA, SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO DA CUT
PEDRO ARMENGOL, SECRETÁRIO-ADJUNTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO DA CUT



NOME	DIA
AFONSO PINHEIRO DE MORAES	24
ALUISIO SOUZA SANTOS	13
BENEDITO VIEIRA DE AZEVEDO	30
CARLOS MOREIRA DE LIMA	12
CASSIO DE MELLO CAMPOS	04
CLARA GOMES DE SOUSA	08
CLAUDILEIA BARROS DE GUSMAO	07
CLAUDIO SANTANA GUIMARAES	22
CONSUELO MACAUBA DE PRADO	31
CORDELIA MARIA DE MORAES RAMOS	20
DIONE RAMOS MEROTTI	28
EDITE DA SILVA SANTOS	13
EDSON DE SOUZA MEIRA	14
EDSON RICARDO PERTILE	07
ELIANA APARECIDA DA COSTA	05
ENOC DIAS REIS	29
FLAVIO INACIO SCHARDONG	09
FRANCISCA ALVES PARABA RUBÉ	30
FRANCISCO CASSIANO DA SILVA	29
GIDELSON DE ARAUJO	05
GILDA BARRADAS	17
GILDASIO FERREIRA GOMES	08
GRACILDA GONCALINA AMAJUNEPA	10
GRACILMA ASSUNCAO SOUZA	17
HUMBERTO CLÓVIS KOTHE	12
IANA TERESA MOURA GOMES	05
INES GOMES ROSA	21
IZAEL SANTANA DA SILVA	03
IZIDORO GONCALO DOS SANTOS	02
JARDES TONE DOS SANTOS PACHECO	27
JOAO BENEDITO DA SILVA	17
JOAO LEVINO DA SILVA	12
JOAO MARTINS DE SOUZA	12
JORGE GONCALO GOMES IBANEZ	03
JOSE CARLOS BEZERRA	10
JOSE CARLOS VIEGAS	02
JOSE MARIO DA SILVA FILHO	17
JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA	05
JOSE NOGUEIRA BASTOS	01
JOSEFINA JACINTO DA MOTA	24
JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA	24
KLEBER DE MIRANDA	29
LUCIANO MARTINHO DA SILVA	08
LUCIANO PESTRE COUTINHO	22
LUCINDA MARIA DA SILVA FIGUEIREDO	07
LUCIVANI FERREIRA DA SILVA	21
MANOEL MARTINS	13
MARIA AUXILIADORA NEVES BOMFIM	20
MARIA DA CAMARA MORAES	27
MARIA DE JESUS CARVALHO	25
MARIA LUCIA DE SOUZA WONSOSCKY DUARTE	20
MARIANE DA GUIA SILVA RAMOS	28
MATUZALEM CALIXTO AGUIAR	23
MAURO JUVENAL DA SILVA	02
MORGANA GOMES GONÇALVES	22
NADY ALVES DE SOUZA LIMA	06
NEUSA MARIA BROCH COELHO	14
NHAKAPRU METUKTIRE	20
NILTON DONIZETE DE OLIVEIRA	08
NILZA PIRES DE ARRUDA BUENO	21
OLIVIA MARTINS DE SOUZA	30
OREZINA GUSMAO OLIVEIRA	18
RAFAEL SEBASTIÃO MOREIRA	20
RALED ABDO AMIN	30
RAMAO RODRIGUES DA ROSA	24
ROGERIO ROQUE RUBERT	02
ROSALINA LEITE NASCIMENTO	17
SAMOEL RODRIGUES COIMBRA	05
SANTILIA DO PRADO ZADOLINNY	18
SATIRIO RODRIGUES BARROS	12
SEBASTIANA DA SILVA PEREIRA	20
SEBASTIANA MARIA DUARTE DE CAMARGO	20
SEBASTIÃO EDMUNDO ABREU	20
SILVANETE RIBEIRO DA SILVA	21
SILVIA CRISTIAN DA SILVA	21
TANIA RIBEIRO BATISTA	10
VALERIA SILVA MARIANO	20
VERA LUCIA NASCIMENTO ABREU	08
VICENTE BEZERRA DOS SANTOS	05
VICENTE MARTINS DE CARVALHO	13
VILIDIANA MORAES MOURA	01
ZACARIAS MENDES DA COSTA	18
ZENILDA FLORES FIGUEIREDO	27